Marítima Saúde Seguros S.A.
CNPJ nº 47.184.510/0001-20

Marítima saúde

Soluções em Seguros Empresariais

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Temos a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas. O Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras da Marítima Saúde Seguros S.A., referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Perfil

A Marítima Saúde Seguros S.A., subsidiária integral da Marítima Seguros S.A. é uma operadora de Plano de Assistência à Saúde que atua no setor de saúde suplementar oferecendo aos seus consumidores planos de assistência à saúde, e está constituída nos termos da Lei 10.185 de 12 de fevereiro de 2001, na categoria de seguradora especializada em saúde. Atua principalmente no segmento corporativo com planos não patrocinados.

Conjuntura Econômica

O mercado de crédito no Brasil segue contribuindo para a expansão do investimento e do consumo, com destaque para o crédito direcionado.
No que se refere à demanda, observa-se continuidade no ritmo de crescimento das vendas do comércio, impulsionadas pela confiança dos consumidores, pelo desempenho do mercado de trabalho e pela ampliação do crédito.
As perspectivas para 2011 são de desaceleração desse processo, em linha com a projeção de moderação nas taxas de crescimento do PIB. De acordo com o cenário de referência, o crescimento do PIB previsto para 2010 é de 7,3%.
O Comitê do Banco Central avalia que a economia tem se deslocado para uma trajetória mais condizente com o equilíbrio de longo prazo e, para 2011, projeta taxa de crescimento de 4,5% (conforme Relatório de Inflação, volume 12, número 4).
Face a essa conjuntura favorável, a Marítima Saúde Seguros S.A. obteve um crescimento de 10,5% em seu faturamento no ano de 2010.

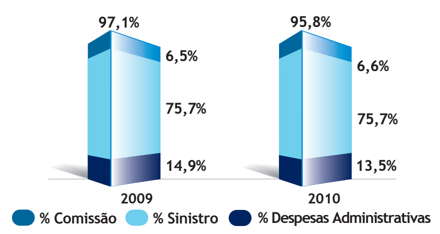
Planejamento Estratégico

O mercado de seguros Brasileiro é um dos mais promissores do mundo em termos de crescimento e potencial de rentabilidade. Para tal, a Marítima Saúde Seguros S.A. perseguirá as seguintes prioridades estratégicas durante os próximos anos:
• Aumentar a conscientização da sua proposta de valor perante seus parceiros estratégicos;
• Inserir padrões de serviços consistentes em todas as interações com seus corretores e segurados;
• Refinar a linha de produtos e serviços criando soluções inovadoras e adaptando a linha atual à evolução das necessidades do consumidor de seguros;
• Expandir e fortalecer o canal de distribuição através de treinamento, ferramentas de apoio, programas de relacionamento e incentivo;
• Fortalecer a comunicação da marca para atingir uma maior audiência e maior reconhecimento;
• Melhorar a eficiência operacional através da modernização tecnológica visando competitividade e agilidade;
• Desenvolver e fortalecer o capital intelectual, visando à criação de competências essenciais e forte liderança dos nossos gestores.

Desempenho Econômico

As demonstrações financeiras refletiram um excelente desempenho para um ano marcado pelo crescimento do segmento acima do PIB, com um resultado operacional plenamente satisfatório.
Os Prêmios Emitidos aumentaram 10,5%, passando de R$ 306,9 milhões em 2009 para R$ 339,2 milhões em 2010, um acréscimo de R$ 32,3 milhões, justificado pelo aumento de 10,2% no número de vidas seguradas que passou de 148,1 mil em 2009 para 163,2 mil em 2010.
Em 31 de dezembro de 2010, a Marítima Saúde Seguros S.A. contava com uma rede referenciada que incluía 612 hospitais, 350 laboratórios, 594 centros de diagnósticos, 260 fornecedores de materiais, 19 associações de médicos, 6.729 prestadores distribuídos para os demais serviços e 259 colaboradores diretos em considerar o compartilhamento de estrutura de sua controladora. O *turn-over* de sua estrutura própria em 2010 foi de 1,26%.

Índice Combinado



Índice combinado: Percentual obtido pelo total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização e despesas administrativas sobre os prêmios ganhos, apresentou uma diminuição de 1,3 pontos percentuais, passando de 97,1% em 2009 para 95,8% em 2010, justificado principalmente pela melhora no índice de despesas administrativas.
A Marítima Saúde encerra o exercício de 2010 com um lucro líquido de R$ 16,5 milhões, aumento de 22,9% na comparação anual. Para 2011 a Marítima Saúde vem trabalhando estrategicamente com ótimas expectativas de crescimento de negócios com rentabilidade.

Política de Dividendos

Do resultado do exercício que anualmente se apurar após a dedução dos eventuais prejuízos acumulados e da provisão para o imposto sobre a renda, será deduzida a participação da Diretoria, nos casos em que a lei permita, desde que a participação não ultrapasse a remuneração anual dos Administradores e nem 10% (dez por cento) dos lucros, prevalecendo o limite que for menor. O lucro líquido restante será distribuído da seguinte forma:
• 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
• 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, no mínimo, deduzidos os valores destinados à Reserva Legal, aos acionistas, como dividendo obrigatório, na proporção de sua participação no capital social, ajustado nos termos do ***caput*** do art. 202, da ***Lei das Sociedades por Ações***;
Mediante proposta da Diretoria, previamente aprovada pelo Conselho de Administração da acionista controladora, poderão ser pagos ou creditados aos acionistas juros sob capital próprio, nos termos da legislação específica, os quais poderão ser imputados, líquidos do imposto de renda na fonte, aos dividendos intermediários ou ao dividendo anual.

Agradecimentos

A Marítima Saúde Seguros S.A. agradece a cooperação de seus Funcionários, Corretores, Acionistas, Hospitais, Prestadores da área Médica, bem como a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e demais autoridades pelos resultados alcançados neste ano.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2011

Balanços Patrimoniais

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2010	2009
Circulante		**75.483**	**74.327**
Caixa e equivalente de caixa	5	23.235	19.153
Realizável		**52.248**	**55.174**
Aplicações	6	32.743	43.416
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		**1.707**	**1.510**
Prêmio a receber	6.e.	1.287	1.310
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		420	200
Despesas de comercialização diferidas		608	429
Títulos e créditos a receber	7	17.093	9.726
Outros valores e bens		97	93
Não circulante		**106.650**	**80.842**
Realizável a longo prazo		**83.885**	**72.490**
Aplicações	6	62.074	55.588
Títulos e créditos a receber	7	8.457	6.446
Valores e bens	16.b.	13.354	10.456
Permanente		**22.765**	**8.352**
Investimentos	8	**2.266**	–
Imóveis destinados à renda		2.266	–
Imobilizado	9	**13.548**	**882**
Bens móveis - Não hospitalares/não odontológicos		13.548	882
Intangível	10	**6.951**	**7.470**
Total do Ativo		**182.133**	**155.169**

Passivo	Nota	2010	2009
Circulante		**78.346**	**67.289**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	12	**52.838**	**48.677**
Provisão de benefícios concedidos		968	928
Provisão de sinistros a liquidar		26.080	19.001
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados		25.790	28.748
Débitos de operações de assistência à saúde		**4.270**	**3.407**
Comercialização sobre operações		217	180
Outros débitos	2	4.053	3.227
Obrigações com pessoal	11	2.448	2.087
Tributos e contribuições a recolher	14	1.420	1.597
Fornecedores	11	812	350
Empréstimos e financiamentos a pagar	15	60	68
Provisões	14	12.242	5.664
Débitos diversos	11	4.256	5.438
Não circulante		**11.504**	**10.129**
Exigível a longo prazo		**11.504**	**10.129**
Empréstimos e financiamentos a pagar	15	5	65
Passivos contingentes	16	11.499	10.064
Patrimônio líquido	17	**92.283**	**77.752**
Capital social		54.108	54.108
Ajustes de avaliação patrimonial		167	(104)
Reservas de lucros		38.008	23.748
Total do Passivo		**182.133**	**155.169**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

Descrição	Nota	Capital Social Integralizado	Capital Social Em Aprovação	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2008		**25.500**	**3.600**	**1.969**	**23.322**	**(50)**	**–**	**54.341**
Aumento de capital por subscrição - AGE 30 de junho de 2008		3.600	(3.600)	–	–	–	–	–
Aumento de capital - AGE 24 de julho de 2009		25.008	–	–	–	–	–	25.008
Perdas não realizadas com títulos e valores mobiliários (resultado abrangente)		–	–	–	–	(54)	–	(54)
Dividendos pagos relativos a anos anteriores		–	–	–	(15.009)	–	–	(15.009)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	13.466	13.466
Destinação dos lucros aprovada pela Administração								
Reserva legal		–	–	673	–	–	(673)	–
Reserva estaturária		–	–	–	12.793	–	(12.793)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2009		**54.108**	**–**	**2.642**	**21.106**	**(104)**	**–**	**77.752**
Ganhos não realizados com títulos e valores mobiliários (resultado abrangente)		–	–	–	–	271	–	271
Juros sobre capital próprio pagos relativo ao resultado do exercício de 2010	17d	–	–	–	(2.289)	–	–	(2.289)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	16.549	16.549
Proposta para destinação dos lucros								
Reserva legal		–	–	827	–	–	(827)	–
Reserva estaturária		–	–	–	15.722	–	(15.722)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2010		**54.108**	**–**	**3.469**	**34.539**	**167**	**–**	**92.283**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Marítima Saúde Seguros S.A., doravante referida também como "*Companhia*" ou "*Marítima Saúde*", tem por objeto social a exploração das operações de seguro do ramo de assistência à saúde, tendo sido constituída nos termos da Lei nº 10.185 de 12 de fevereiro de 2001. Suas operações são conduzidas de forma integrada com a sua Controladora, Marítima Seguros S.A. com a qual compartilha parcela significativa da estrutura administrativa e operacional e cujos custos são atribuídos a cada empresa, segundo critérios estabelecidos pela Administração (***vide nota 20***). A Companhia é uma entidade de capital fechado incorporada e domiciliada no Brasil cujo escritório principal é domiciliado na Rua Coronel Xavier de Toledo, 140, no estado de São Paulo, cidade de São Paulo.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS. Na data de publicação dessas demonstrações financeiras a ANS ainda não havia referendado os pronunciamentos técnicos CPC11 que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros. Portanto, não podemos considerar que essas demonstrações financeiras tenham sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Por essa razão, a Administração não está apresentando a reconciliação dos efeitos da transição das práticas contábeis adotadas no Brasil para ***IFRS***, conforme requerido pelo CPC 37. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos na Resolução Normativa nº 207 de 22 de dezembro de 2009 aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2010 e apresentadas conforme Instrução Normativa - IN nº 36, de 22 de dezembro de 2009. Em 2 de dezembro de 2009, foi publicada pela ANS a Resolução Normativa nº 206, alterando a contabilização das contraprestações e prêmios das operações de planos de assistência à saúde na modalidade de preço pré-estabelecido. A RN 206 estabelece que os saldos registrados no passivo circulante referentes à Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG, previstos na regulamentação vigente, deverão ser revertidos em sua totalidade a crédito da conta de resultado variação das provisões técnicas. A Companhia entende que possui uma obrigação com o segurado e para fins de comparabilidade efetuou ajustes retrospectivos nos saldos de 31 de dezembro de 2009, cuja principal alteração foi a reclassificação da conta "Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) para Débitos de Operações de Assistência à Saúde, rubrica "Outros Débitos", no valor de R$ 3.569 em 2010 (R$ 3.178 em 2009). A aprovação dessas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria da Marítima Saúde e pelo Conselho de Administração de sua Controladora em reunião realizada em ***23 de fevereiro de 2011.*** **a. Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. **b. Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional utilizada pela Companhia é o Real. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram arredondadas para o mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas de forma consistente nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009, estando em conformidade com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis referendados pela IN nº 37 de 22 de dezembro de 2009. **a. Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros são reconhecidos no resultado ao longo do período de vigência do risco coberto. As despesas de comercialização são registradas quando da emissão das apólices ou faturas e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. Os prêmios de seguros que têm emissão antecipada ao período de cobertura de risco são mantidos em conta patrimonial retificadora da conta de prêmios a receber até o início do período de cobertura do risco. A Companhia constitui uma provisão para ajuste dos prêmios a receber, ao seu valor recuperável estimado, que é mensurado com base no comportamento histórico de perdas observadas na carteira. Essa análise é revisada periodicamente pela Companhia, no mínimo nas datas de balanço. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia designa como "caixa e equivalentes de caixa" o numerário disponível em caixa e bancos, os investimentos financeiros com vencimento inferior a 90 dias a contar da data de contratação ou aquisição e o montante de quotas de fundos de investimentos abertos. **c. Ativos financeiros:** De acordo com o pronunciamento CPC 38 os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: **(i)** Ativos financeiros registrados pelo valor justo através do resultado; **(ii)** Ativos financeiros mantidos até o vencimento; **(iii)** Ativos disponíveis para a venda; **(iv)** Empréstimos e recebíveis. **d. Política contábil de reconhecimento e mensuração de ativos financeiros:** De acordo com o CPC 38, um ativo financeiro deve ser classificado no momento do reconhecimento inicial. A administração, através de sua Política de Investimentos Financeiros, determina a classificação dos ativos financeiros na data inicial de aquisição, considerando a sua estratégia de investimentos, que leva em consideração o gerenciamento do seu fluxo de caixa de curto e longo prazo. Os ativos financeiros são classificados de forma a refletir esse gerenciamento, conforme os seguintes critérios: **i.** Títulos classificados na categoria Disponíveis para Venda: • Títulos de renda variável; • Títulos públicos; • Títulos privados incluindo DPGE's, com prazo entre a compra e o vencimento, maiores do que 365 dias. **ii.** Títulos classificados na categoria de designação pelo valor justo através do resultado; • Títulos privados incluindo DPGE's, com prazo entre a compra e o vencimento iguais ou inferiores há 365 dias. • Quotas de fundos de investimentos. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos na data de encerramento das demonstrações contábeis nem efetuou transações com instrumentos derivativos durante os exercícios de 2009 e 2010. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo através do resultado:** Os ativos financeiros designados nesta categoria são reconhecidos inicialmente ao valor de custo atualizado e avaliados subsequentemente ao valor justo, com variações reconhecidas no resultado do exercício. Os títulos nessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Nas datas de balanço a Companhia não possuía nenhum investimento nessa categoria. **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao valor de custo atualizado e posteriormente ajustados ao seu valor justo. Os efeitos da variação do valor justo são reconhecidos no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento classificado nessa categoria é baixado, o resultado acumulado no patrimônio líquido é transferido para o resultado do período. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do período. **e. Determinação do valor justo:** Para apuração do valor justo dos ativos financeiros a Companhia adota a seguinte prática: **(I)** *Títulos privados* (*exceto fundos de investimentos*) - o valor justo é calculado através de metodologia que considera as taxas de juros, as características e garantias dos papéis e o risco de crédito associado ao emitente; **(II)** *Títulos públicos* - com base nos preços unitários do mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA); **(III)** *Quotas de fundos de investimentos* - o valor unitário da quota dos fundos de investimento abertos é determinado pela instituição financeira administradora e considera a valorização dos títulos mobiliários que compõem a carteira pelo valor de mercado, em consonância com a regulamentação aplicável. **f. Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e outros recebíveis que são mensurados inicialmente pelo valor justo. **g. Análise de recuperabilidade de ativos financeiros:** A Companhia avalia a cada data de balanço se há evidência objetiva de perda ou desvalorização nos ativos financeiros de acordo com as classes abaixo: • Para os ativos classificados como disponíveis para a venda, a perda mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo na data-base, menos quaisquer perdas registradas previamente, é removida do patrimônio líquido e reconhecida no resultado do período. • Para empréstimos e recebíveis é reconhecida uma provisão para redução ao valor recuperável, calculada de forma coletiva e que considera, entre outros fatores, o histórico de perdas incorridas nos prêmios a receber oriundos de contratos de seguros. **h. Análise de recuperabilidade de ativos não financeiros:** Ativos sujeitos a depreciação ou amortização, incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros, são avaliados para recuperabilidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda decorrente da análise de recuperabilidade é reconhecida no resultado do período no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável do mesmo. **i. Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados para a condução dos negócios da Companhia, incluindo ativos objetos de contratos de arrendamento mercantil que tenham sido registrados neste grupo em função da classificação como "arredamento mercantil financeiro" de acordo com as determinações do pronunciamento CPC 6. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado. *Softwares* de informática adquiridos que sejam parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Estes custos são amortizados à taxa de 20% ao ano. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do período dentro do grupo "Ganhos e perdas com ativos não correntes". Gastos subseqüentes são capitalizados somente quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com o item do ativo irão fluir para a Companhia e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada dos ativos. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes: • Móveis, utensílios, máquinas e equipamento: 10 anos; • Equipamentos de informática e veículos: 5 anos; • Imóveis: de 25 a 35 anos. **j. Investimentos:** Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização no fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. As propriedades para investimento estão registradas pelo valor do custo deduzido de depreciação calculada, que é apurada de acordo com a vida útil remanescente do imóvel, estimada em 35 anos. **k. Ativos intangíveis:** Os custos que são diretamente associados com o desenvolvimento interno de ***softwares*** ou sistemas de informática que são controlados pela Companhia, cujo produto final seja tecnicamente viável e que irá gerar benefícios econômicos futuros, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos de desenvolvimento incluem custos de pessoal de informática, custos de empréstimos obtidos junto a agentes financiadores e custos pagos a terceiros, incrementais, para tal desenvolvimento. Os custos com planejamento, definição de ***hardware***, especificações de ***software***, análise de alternativas e fornecedores, estudos de viabilidade, treinamentos e testes em fase pré-operacional são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos capitalizados de desenvolvimento interno são amortizados pela vida útil (que varia entre 3 a 7 anos) a partir da data em que o sistema entra em operação. **l. Passivos de contratos de seguro:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações da Resolução Normativa - RN nº 209, de 22 de dezembro de 2009 da ANS, com base em critérios, parâmetros e fórmulas documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA). A provisão de insuficiência de prêmios (PIP) é constituída, quando necessário, para cobrir possíveis insuficiências em relação aos compromissos futuros dos contratos de seguro em vigor. A PIP é calculada conforme metodologia interna documentada em NTA. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 não foi apurada provisão a constituir. A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos prováveis determinados com base nos avisos de sinistros recebidos e ainda não pagos na data do balanço. A provisão de sinistros ocorridos e não avisados é constituída com base em estudos atuariais que consideram a experiência histórica do período transcorrido entre a data do evento coberto e do aviso de sua ocorrência, utilizando-se triângulos de "*run-off*" para o período de 24 meses. A provisão de benefícios concedidos é constituída para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias referentes à cobertura de assistência à saúde e foi calculada atuarialmente com base em NTA, de acordo com as determinações das Resoluções Normativas nº 75 de 10 de maio de 2004 e nº 104 de 20 de junho de 2005. **m. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R$ 240 mil e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os tributos diferidos são mensurados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço aplicadas sobre o montante das diferenças temporárias. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na medida em que sua realização não seja provável. **n. Benefícios a empregados:** Os benefícios a empregados incluem: (a) benefícios de curto prazo, tais como ordenados, salários e contribuições para a previdência social, licença remunerada por doença, participação nos lucros, gratificações e benefícios não monetários (seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos) relativos aos atuais empregados; (b) benefícios por desligamento: Os benefícios monetários são reconhecidos no momento do desligamento. Adicionalmente, a Companhia concede benefícios de seguro saúde para ex-funcionários por prazo determinado na Convenção Sindical e para os Diretores. O custo esperado destes benefícios é mensurado com base em premissas atuariais que levam em consideração a idade e sobrevivência dos beneficiários e históricos médios de utilização de serviços hospitalares, entre outros fatores conforme determinado pelo CPC 33, registrados contabilmente como despesas administrativas. **o. Provisões judiciais, ativos e passivos contingentes:** Segundo o CPC 25, a Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável, como resultado de um evento passado, e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação. Os valores provisionados são apurados por estimativa dos pagamentos que a Companhia possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista e cuja probabilidade de perda seja considerada provável. As obrigações legais objeto de ações judiciais são provisionadas independentemente da perspectiva de êxito em relação ao desfecho final dos processos.

Demonstrações de Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido lote de mil ação)

	Nota	2010	2009
Prêmios ganhos de operações com plano de assistência à saúde	18.a	**335.063**	**302.698**
Prêmios retidos		339.246	306.938
Variação das provisões técnicas		(431)	48
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde		(3.752)	(4.288)
Sinistros indenizáveis líquidos	18.b.c	**(256.432)**	**(232.261)**
Sinistros retidos		(263.991)	(238.734)
Recuperação de sinistros indenizáveis		4.601	4.463
Variação de sinistros ocorridos e não avisados		2.958	2.010
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		**78.631**	**70.437**
Despesas de comercialização	18.d	(22.518)	(19.909)
Despesas administrativas	18.f	(41.376)	(38.859)
Outras receitas operacionais		193	81
Outras despesas operacionais	18.e	**(865)**	**(2.550)**
Provisão para perdas sobre créditos		(1.332)	(1.094)
Provisão para contingências - Operacional		1.842	(111)
Outras		(1.375)	(1.345)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		**14.065**	**9.200**
Resultado financeiro líquido	18.g	**13.212**	**11.397**
Receitas financeiras		13.941	12.791
Despesas financeiras		(729)	(1.394)
Resultado operacional		**27.277**	**20.597**
Resultado patrimonial		**1.519**	–
Receitas patrimoniais	18.h	1.519	–
Ganhos e perdas com ativos não correntes	18.i	(812)	52
Resultado antes dos impostos e participações		**27.983**	**20.649**
Imposto de renda	19	(6.575)	(3.714)
Contribuição social	19	(3.866)	(2.661)
Participações no resultado		(993)	(808)
Resultado líquido do exercício		**16.549**	**13.466**
Resultado atribuível aos:			
Acionistas controladores		16.549	13.466
Acionistas não controladores		–	–
Resultado do exercício		**16.549**	**13.466**
Quantidade de ações		2.266.656	2.266.656
Lucro líquido no exercício por ação		**7,30**	**5,94**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

	2010	2009
Resultado líquido/(perda)	**16.549**	**13.466**
Outros resultados abrangentes		
Ganhos não realizados com títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	452	(90)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes (alíquota 40%)	(181)	36
Resultado abrangente total	**16.820**	**13.412**
Resultado abrangente atribuível aos		
Acionistas controladores	**16.820**	**13.412**
Acionistas não controladores	–	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

Atividades operacionais	Nota	2010	2009
Recebimento de planos saúde		331.455	302.103
Resgate de aplicação financeira		(182.345)	(429.511)
Outros recebimentos operacionais		3.046	6.570
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviço de saúde		(254.109)	(239.639)
Pagamento de comissões		(22.401)	(19.605)
Pagamento de pessoal		(10.136)	(8.984)
Pagamento de pró-labore		(926)	(828)
Pagamento de serviços terceiros		(6.353)	(8.684)
Pagamento de tributos		(28.030)	(24.446)
Pagamento de contingências (cíveis/trabalhistas/tributárias)		(3.293)	(5.355)
Pagamento de aluguel		(476)	(612)
Pagamento de promoção/publicidade		(122)	(110)
Aplicação financeira		199.466	403.857
Outros pagamentos operacionais		(1.981)	(7.000)
Caixa líquido gerado/(consumido) das atividades operacionais		**23.794**	**(32.244)**
Atividades de investimentos			
Recebimento de venda de investimentos		–	3.638
Recebimento de dividendos		–	994
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado	8 - 9 - 20	(15.660)	–
Pagamento relativo ao ativo intangível		(1.208)	(2.568)
Caixa líquido (consumido)/gerado das atividades de investimentos		**(16.868)**	**2.064**
Atividades de financiamento			
Integralização de capital em dinheiro		–	25.008
Pagamento de amortização - Empréstimos/financiamentos/leasing		(101)	(161)
Pagamento de participação nos resultados		(454)	(552)
Pagamento de dividendos		–	(15.009)
Pagamento de juros sobre capital próprio		(2.289)	–
Caixa líquido (consumido) das atividades de financiamento		**(2.844)**	**9.286**
Variação líquida do caixa		**4.082**	**(20.894)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	5	**19.153**	**40.047**
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	5	**23.235**	**19.153**
Ativos livres no início do exercício		26.525	22.751
Ativos livres no final do exercício		45.423	26.525
Aumento nas aplicações financeiras - Recursos livres		**18.898**	**3.774**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Existem diversas áreas onde a Companhia aplica alto grau de julgamento que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia irá liquidar em última instância, que estão detalhadas abaixo: **a. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros:** A Companhia utiliza fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar na definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação das operações oriundas dos contratos de seguro. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras (vide notas 12 e 21a). **b. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista:** O processo utilizado pela Administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração a opinião da assessoria jurídica e de especialistas na área, evolução dos processos e status (ou instância) de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, a Companhia utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, informações históricas de perdas onde existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões segundo o CPC 25 (vide nota 16). **c. Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade de prêmios a receber:** A Companhia adota premissas para determinar a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, incluindo os prêmios a receber de segurados. A Companhia aplica as regras de análise de recuperabilidade para grupos de ativos de riscos similares em uma base coletiva. **d. Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade de ativos não financeiros:** Na determinação dos fluxos de caixa futuros da Companhia a entidade utiliza alto grau de julgamento sobre uma série de premissas utilizadas para a determinação do valor recuperável (valor em uso) para a avaliação quanto à existência de eventual perda.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa	2010	2009
Caixa e bancos (Disponível)	896	1.002
Certificados de depósitos bancários	5.029	18.151
Quotas de fundos de investimentos abertos	17.310	–
Total	**23.235**	**19.153**

continua

Marítima Saúde Seguros S.A.
CNPJ nº 47.184.510/0001-20

Marítima saúde

Soluções em Seguros Empresariais

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

6. Ativos financeiros

a. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	2010 Valor do custo atualizado	Ganhos e perdas não realizados	Valor justo/ contábil	2009 Valor do custo atualizado	Ganhos e perdas não realizados	Valor justo/ contábil
- Títulos Privados - Certificados de depósitos bancários	12.658	(4)	12.654	16.986	(3)	16.983
- Títulos Privados - Depósito a prazo com garantia especial - DPGE	6.574	(17)	6.557	21.711	(11)	21.700
Total	**19.232**	**(21)**	**19.211**	**38.697**	**(14)**	**38.683**

b. Ativos financeiros disponíveis para venda

	2010 Valor do custo atualizado	Ganhos e perdas não realizados	Valor justo/ contábil	2009 Valor do custo atualizado	Ganhos e perdas não realizados	Valor justo/ contábil
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Títulos Privados - Depósito a prazo com garantia especial - DPGE	5.064	(25)	5.039	–	–	–
Títulos públicos federais (LFT/LTN)	27.287	(61)	27.226	16.333	(16)	16.317
Títulos públicos federais (NTN-B)	42.976	365	43.341	44.164	(160)	44.004
Total	**75.327**	**279**	**75.606**	**60.497**	**(176)**	**60.321**

c. Vencimentos dos ativos financeiros: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo e por título. Os ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado estão registrados contabilmente no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

	2010 Sem vencimento definido ou Vencíveis até 1 ano	Vencíveis 1 a 2 anos	Vencíveis acima 2 anos	Total	2009 Sem vencimento definido ou vencíveis até 1 ano	Vencíveis 1 a 2 anos	Vencíveis acima 2 anos	Total
Títulos Privados - Certificados de depósitos bancários	12.603	–	51	12.654	16.983	–	–	16.983
Títulos Privados - Depósito a prazo com garantia especial - DPGE	11.596	–	–	11.596	21.700	–	–	21.700
Títulos Públicos - LFT e LTN	–	18.640	8.586	27.226	4.733	–	11.584	16.317
Títulos Públicos - NTN-B	8.544	–	34.797	43.341	–	8.035	35.969	44.004
Total de aplicações	**32.743**	**18.640**	**43.434**	**94.817**	**43.416**	**8.035**	**47.553**	**99.004**

d. Hierarquia do valor justo dos ativos financeiros: A divulgação por nível, relacionada a mensuração do valor justo é realizada com base nos seguintes níveis: • Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo; • Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; • Nível 3: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável. A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

	2010 Nível 1	Nível 2	2009 Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros disponíveis para venda	70.567	5.039	60.321	–
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	–	19.211	–	38.683
Total	**70.567**	**24.250**	**60.321**	**38.683**

• Nível 1: títulos públicos, calculados com base na tabela de preços da ANBIMA; • Nível 2: títulos privados, calculados com base nos índices futuros de DI; • Nível 3: a companhia não possui ativos sujeitos a critérios de avaliação neste nível.

e. Prêmios a receber

Prêmios a receber	**2010**	**2009**
Saúde (individual)	7.745	4.511
Saúde (empresarial)	26.870	23.805
Subtotal	**34.615**	**28.316**
(–) Provisão para perdas sobre créditos (individual)	(1.661)	(998)
(–) Provisão para perdas sobre créditos (empresarial)	(2.040)	(1.365)
Prêmios a receber de segurados líquidos de provisão	**30.914**	**25.953**
(–) Faturamento antecipado (individual)	(5.543)	(2.714)
(–) Faturamento antecipado (empresarial)	(24.084)	(21.929)
Total do ativo circulante	**1.287**	**1.310**
***Aging* de prêmios a receber**	**2010**	**2009**
Prêmios a vencer	**29.567**	**24.796**
De 1 a 30 dias	29.567	24.796
Prêmios vencidos	**5.048**	**3.520**
De 1 a 30 dias	1.163	1.019
De 31 a 60 dias	298	115
De 61 a 365 dias	1.174	1.347
Superior a 365 dias	2.413	1.039
Total	**34.615**	**28.316**

7. Títulos e créditos a receber

Circulante	**2010**	**2009**
Créditos Tributários e Previdenciários	16.164	8.872
Antecipação de Imposto de Renda e Contribuição Social	14.015	7.385
PIS e COFINS a compensar	2.149	1.487
Outros	929	854
Total de Títulos e Créditos a Receber	**17.093**	**9.726**
Não Circulante		
Diferenças Temporárias de Imposto de Renda e Contribuição Social	8.457	6.446
Total	**8.457**	**6.446**

Tendo em vista que os créditos tributários oriundos de diferenças temporárias decorrem, substancialmente, das provisões judiciais, o prazo de sua realização está condicionado ao desfecho das ações judiciais em andamento.

8. Propriedade para investimento

A Companhia detém certos imóveis comerciais que são alugados a terceiros e contabilizados pelo método de custo.

	Saúde 2010	2009
Investimentos		
Imóveis destinados à renda (vide nota 20)	2.350	–
(–) Depreciação	(84)	–
Total	**2.266**	–

9. Ativo imobilizado

Composição	**% Depreciação**	**2010**	**2009**
Imóveis de Uso Próprio	2,8% a 4%	12.739	–
Equipamentos	20%	993	987
Telecomunicações	10%	44	–
Refrigeração	10%	490	–
Móveis, Máquinas e Utensílios	10%	402	373
Veículos	20%	243	243
Instalação	10%	315	315
Depreciação Acumulada	–	(1.679)	(1.036)
Total		**13.548**	**882**

	Imóveis de uso próprio	Bens móveis	Instalações	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	**–**	**597**	**219**	**816**
Adições	–	325	–	325
Baixas	–	(13)	–	(13)
Depreciação acumulada	–	(214)	(32)	(246)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	**–**	**695**	**187**	**882**
Adições	12.739	571	–	13.310
Depreciação acumulada	(333)	(279)	(32)	(644)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	**12.406**	**987**	**155**	**13.548**

10. Ativos intangíveis

	% Amortização	2010	2009
Sistemas de Computação	20%	7.849	8.345
Amortização Acumulada	–	(899)	(875)
		6.951	**7.470**

	Sistemas de computação
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	**5.346**
Adições	2.328
Amortização acumulada	(204)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	**7.470**
Adições	1.188
Baixas (*)	(812)
Amortização acumulada	(895)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	**6.951**

(*) as baixas realizadas em 2010, referem-se principalmente : (i) a substituição dos sistemas de gestão operacionais e (ii) sistemas próprios sem expectativa de benefícios econômicos futuros.

11. Passivos financeiros a liquidar

O valor contábil dos passivos financeiros a serem liquidados a curto prazo equivale ao valor justo nas datas de balanço, onde o impacto de desconto não é significativo.

	2010	2009
Obrigações com Pessoal	**2.448**	**2.087**
Participação nos lucros a pagar	996	808
Provisão de férias	956	832
Provisão de encargos trabalhistas	327	293
Outras obrigações com pessoal	169	154
Fornecedores	**812**	**350**
Débitos Diversos	**4.256**	**5.438**
Depósitos de Terceiros (*)	3.149	4.401
Outros Débitos a Pagar	1.107	1.037
Total de passivos financeiros	**7.516**	**7.874**

(*) Refere-se a recebimento de prêmios de seguros oriundos de faturamento antecipado ainda não baixados da rubrica contábil "Prêmios a receber" no ativo circulante.

12. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	2010 Coletivo	Individual	Total	2009 Coletivo	Individual	Total
Provisão de Benefícios Concedidos	773	195	968	752	176	928
Provisão de Sinistros a Liquidar	21.630	4.450	26.080	15.605	3.396	19.001
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	19.787	6.003	25.790	22.479	6.269	28.748
Total	**42.190**	**10.648**	**52.838**	**38.836**	**9.841**	**48.677**

A Provisão de Sinistros a Liquidar inclui avisos de débitos relativos a ressarcimento de custos pleiteados pelo SUS no montante de R$ 5.568 em 2010 (R$ 2.685 em 2009), foi reclassificado da rubrica "Passivos contingentes" para a rubrica "Provisões de sinistros a liquidar", conforme a Instrução Normativa Conjunta ANS nº 3, de 19 de outubro de 2010.

13. Garantias financeiras das provisões técnicas

As garantias das provisões técnicas oriundas de contratos de seguros da Companhia são apresentadas na tabela a seguir:

Garantias Financeiras	**2010**	**2009**
Provisões técnica - total a ser coberto	**52.838**	**48.677**
Bens oferecidos em cobertura		
Títulos de renda fixa - Privados	13.722	40.621
Títulos de renda fixa - Públicos	58.908	51.011
Total	**72.630**	**91.632**

14. Provisões, tributos e contribuições a recolher

	2010	2009
Imposto de Renda	7.535	3.257
Contribuição Social	4.707	2.407
Total de Provisões	**12.242**	**5.664**
PIS e COFINS	272	442
Imposto sobre Operações Financeiras	267	334
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	290	267
Contribuições Previdenciárias	291	254
Outras Provisões	300	300
Total de Tributos e Contribuições a Recolher	**1.420**	**1.597**

15. Arrendamento Mercantil Financeiro:

A Companhia figura como arrendatária em contratos de arrendamento mercantil financeiro de equipamentos de informática. Os contratos possuem prazo de duração de 36 meses, com cláusulas de opção de renovação e compra sendo que o vencimento mais longo será em fevereiro de 2012. Os ativos objetos desses contratos estão apresentados no ativo imobilizado da Companhia sendo que o saldo contábil, líquido de depreciação, totaliza R$ 142 em 2010 (R$ 225 em 2009). Durante o exercício, a Companhia reconheceu custos financeiros associados a esses contratos no montante de R$ 3 e depreciações no montante de R$ 83. As despesas financeiras são reconhecidas ao longo do prazo do arrendamento.

Os valores a pagar referentes aos contratos de financiamento estão contabilizados na rubrica "empréstimos e financiamentos a pagar" no passivo circulante e não circulante.

	Valor Pagamentos Mínimos 2010	Valor Pagamentos Mínimos 2009
Até um ano	60	68
De um a dois anos	5	65
Total	**65**	**133**

16. Passivos contingentes

a. Quantidades e valores por probabilidade de risco

	2010 Quantidade	Valor envolvido	Provisão	2009 Quantidade	Valor envolvido	Provisão
I - Cíveis						
Perda Provável	165	1.312	1.312	102	1.130	1.130
Perda Possível	39	1.206	–	90	1.531	–
Perda Remota	162	5.973	–	144	3.692	–
	366	**8.491**	**1.312**	**336**	**6.353**	**1.130**
II - Trabalhistas						
Perda Provável	1	52	52	1	2	2
Perda Possível	5	242	–	6	336	–
Perda Remota	4	444	–	5	141	–
	10	**737**	**52**	**12**	**479**	**2**
III - Fiscais						
Perda Provável	–	–	–	–	–	–
Perda Possível	2	8.302	8.302	8	7.872	7.244
Perda Remota	1	109.186	–	4	97.263	–
	3	**117.488**	**8.302**	**12**	**105.135**	**7.244**
IV - Outras						
Perda Provável	176	1.834	1.834	117	1.688	1.688
Perda Possível	23	497	–	88	1.183	–
Perda Remota	48	2.467	–	32	2.736	–
	247	**4.799**	**1.834**	**237**	**5.607**	**1.688**
Total Geral						
Perda Provável	342	3.197	3.197	220	2.820	2.820
Perda Possível	69	10.247	8.302	192	10.922	7.244
Perda Remota	215	118.070	–	185	103.832	–
Total	**626**	**131.515**	**11.499**	**597**	**117.574**	**10.064**

As quantidades demonstradas referem-se ao número de pedidos por ação judicial. A perspectiva em relação à probabilidade de perda é baseada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e da Administração.

b. Movimentação das provisões judiciais:

Natureza	Provisões Judiciais Saldo em 31/12/08	Principal	Encargos moratórios	Baixas	Saldo em 31/12/09	Principal	Encargos moratórios	Baixas	Saldo em 31/12/10	Depósitos Judiciais Saldo em 2010	Saldo em 2009
1 - Fiscal	11.116	2.969	1.128	(7.969)	7.244	669	389	–	8.302	10.772	7.575
2 - Trabalhista	87	239	(3)	(321)	2	37	15	(2)	52	57	50
3 - Cíveis	3.190	575	150	(2.785)	1.130	830	178	(827)	1.312	67	2.685
4 - Outras	2.354	1.436	(234)	(1.868)	1.688	1.318	6	(1.178)	1.834	2.457	146
Total	**16.747**	**5.219**	**1.041**	**(12.943)**	**10.064**	**2.854**	**588**	**(2.007)**	**11.499**	**13.354**	**10.456**

c. Descrição resumida das principais: i. Ações judiciais: • Ações de natureza fiscal (Ações incluídas na anistia fiscal - Lei nº 11.941/2009) - A Companhia optou por desistir de determinadas ações judiciais nos termos da Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, mediante pagamento à vista, em 30 de novembro de 2009, de débitos para com a Receita Federal ou com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Para adesão à anistia foram apresentadas petições de desistência das ações judiciais e respectivos processos administrativos, com renúncia ao direito sobre o qual estas se fundavam, sendo efetuados recolhimentos dos saldos devedores não contemplados por depósitos judiciais. Para os pagamentos à vista a Lei previu redução de 100% das multas de mora e de ofício, 40% das multas isoladas, 45% dos juros de mora e 100% sobre o valor do encargo legal, em conformidade com as disposições mantidas nas Portarias Conjuntas PFGN/RFB nºs 06, 10, 11 e 13 de 2009. As ações que se beneficiaram do programa estabelecido pela Lei 11.941, estão relacionadas, basicamente, as seguintes discussões: i. Ação em que se pleiteava a dedução da despesa relativa à contribuição social sobre o lucro (CSLL) na formação da base de cálculo do imposto sobre a renda (IRPJ) do ano-calendário de 2001 e períodos-base subsequentes, questionando a aplicação do art. 1º da Lei nº 9.316/96; ii. Tributos com Exigibilidade Suspensa - Ação em que se pleiteava a dedução das despesas relacionadas aos tributos discutidos judicialmente na formação da base de cálculo do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social sobre o lucro (CSLL) a partir do período base de 2001 e subsequentes. Os valores envolvidos na liquidação desses processos foram de:

Total dos débitos apurados	7.092
Total dos depósitos judiciais	8.564
Saldo líquido	1.492
Forma de liquidação financeira:	
Valor pago à vista em 30/11/09	220
Saldo de depósito a ser levantado	1.692
Saldo líquido	1.492

Em decorrência da adesão ao programa de Anistia, houve um impacto positivo no resultado do exercício de 2009 no montante de R$ 1.042. Atualmente aguarda-se a liquidação de sentença das ações, com a homologação dos cálculos apresentados pela Companhia. **• PIS - Programa de Integração Social:** A Companhia discute judicialmente a exigibilidade da contribuição ao PIS no moldes da Lei nº 9.701/98, Medida Provisória MP 2158-33/01 e reedições, bem como pela Lei nº 9.718/98, pleiteando o recolhimento do PIS, a partir do ano-calendário de 2001. Com base na Lei Complementar 07/70 (PIS Repique), ou que o recolhimento desse tributo seja efetuado sem a inclusão das receitas não operacionais. No âmbito administrativo, foi lavrado auto de infração pelas Autoridades Fiscais para prevenir a decadência do período de julho de 2001 a dezembro de 2003, cujo lançamento foi mantido em sua integralidade na esfera administrativa. Na ação judicial foi proferida sentença determinando o recolhimento da Contribuição ao PIS com base no conceito de faturamento previsto na Lei Complementar nº 07/70, sem a inclusão das receitas não operacionais, permanecendo a discussão sobre quais receitas podem ser tipificadas como não operacionais. A União interpôs recurso de apelação o qual foi negado. Posteriormente foi interposto Recurso Extraordinário pela União Federal e Recurso Especial pela Companhia. Objetivando a concessão de efeito suspensivo aos aludidos recursos, foi proposta Medida Cautelar pela Companhia a qual foi indeferida. Em agosto de 2010 a Companhia recebeu carta cobrança relativa ao auto de infração citado acima. Por orientação de seus assessores legais, a Companhia efetuou depósito judicial no valor total de R$ 2.315, referente ao período de julho de 2001 a dezembro de 2003. O processo judicial em questão aguarda julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela Fazenda Nacional e do Recurso Especial interposto pela Companhia. Durante o segundo semestre de 2009, a União Federal ingressou com ação de execução fiscal contra a Companhia, através da qual foram exigidos recolhimentos da contribuição ao PIS do período de janeiro de 2003 a dezembro de 2007. Em decorrência, a Companhia efetuou depósitos judiciais em garantia do período de janeiro de 2003 até outubro de 2009, calculados sobre a totalidade das receitas. Para os períodos subsequentes a Companhia vem efetuando mensalmente o depósito judicial considerando como base a receita operacional bruta. Para o período-base de julho de 2001 a dezembro de 2003, a Companhia provisionou os débitos integrantes do auto de infração atualizados até a data de encerramento do exercício. A partir de janeiro de 2004 a provisão vem sendo constituída com base na receita operacional bruta acrescida pelos encargos moratórios e financeiros. Posteriormente, em novembro de 2010 a União Federal ingressou com nova ação de execução fiscal contra a Companhia, exigindo o recolhimento da Contribuição ao PIS do período de julho de 2001 a dezembro de 2003, o qual já se encontrava depositado judicialmente nos autos da ação principal tal como citado anteriormente (Depósito de R$ 2.315), em que se discute a incidência da contribuição ao PIS sobre as receitas de prêmios e demais receitas, sendo apresentada Exceção de Pré-executividade, que se encontra pendente de julgamento. A Companhia mantém provisão para passivo contingente relacionado essa discussão judicial no montante de R$ 8.233 (R$ 7.244 em 2009). **• ISS - Imposto sobre Serviços (Operações de Seguro Saúde) -** Foram lavrados, em 2006, pela Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP), autos de infração contra a Companhia objetivando a cobrança do ISS sobre as receitas com operações de seguro saúde realizadas no período de agosto de 2001 a março de 2004. A Companhia entende que o referido imposto não incide sobre as operações de seguro-saúde. A PMSP ajuizou ação de execução fiscal e, por esse motivo, a Companhia impetrou ação anulatória com pedido de tutela antecipada, na qual obteve decisões favoráveis em 1ª e 2ª instâncias, sobrevindo embargos de declaração opostos pela PMSP, os quais não foram acolhidos, ensejando a interposição de Recurso Especial pela PMSP, ao qual foi negado seguimento pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Diante da negativa de seguimento do recurso especial da PMSP, esta ingressou com Agravo de Instrumento de Despacho Denegatório de Recurso Especial, o qual veio a ser admitido, sendo os autos remetidos ao Superior Tribunal de Justiça - STJ, que mais uma vez negou seguimento ao Recurso Especial da PMSP, tendo esta decisão transitado em julgado em março/2011, restando assim anulados os lançamentos fiscais. O valor da execução fiscal, atualizado monetariamente até a data do balanço, é de R$ 109.000. A Administração, em razão do trânsito em julgado favorável na ação anulatória, não constituiu qualquer provisão. **• Contingências trabalhistas:** A Companhia responde a processos de natureza trabalhista que se encontram em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final destes processos, foi constituída provisão para os casos cuja probabilidade de perda foi considerada "provável" pelos assessores jurídicos da Companhia. **• Contingências cíveis:** A Companhia responde a processos de natureza cível, relacionados a pedidos de restituição de reajustes por mudança de faixa etária dos planos de saúde individual. Estes processos encontram-se em diversas fases de tramitação. Foi constituída provisão para os casos em que a probabilidade de perda foi considerada provável pelos assessores jurídicos da Companhia. **• Outras contingências:** A Companhia responde a processos judiciais envolvendo a cobrança, por prestadores de serviço, de valores glosados, pedidos de ressarcimento de despesas médico-hospitalares, por recusas de atendimento ou autorização para realização de procedimentos médicos. Parte dessas ações também envolve pedidos de indenização por danos morais. Os pagamentos ou autorizações foram negados em função do entendimento de que não estavam suportados pelas coberturas contratadas pelos segurados nos planos de saúde. Estes processos encontram-se em diversas fases de tramitação. Foi constituída provisão para os casos cuja probabilidade de perda foi considerada provável com base na avaliação individual de cada processo, realizada pelos assessores jurídicos da Companhia, exceto para os processos em que já foi concedida liminar determinando o atendimento.

17. Patrimônio líquido

a. Capital social: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de julho de 2009, foi deliberado um aumento do capital social, integralizado em espécie, no valor total de R$ 25.008.

Dessa forma, o capital social subscrito e integralizado passou a ser representado por 2.266.656 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, como demonstrado abaixo.

	2010 Quantidade	R$ mil	2009 Quantidade	R$ mil
No início do exercício	2.266.656	54.108	1.480.246	29.100
Emissão de ações	–	–	786.410	25.008
No final do exercício	2.266.656	54.108	2.266.656	54.108

b. Reserva legal - Constituída por valor correspondente a 5% do lucro líquido do exercício social, sendo seu valor limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada para compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. **c. Reserva estatutária -** A reserva estatutária, denominada reserva especial no estatuto da Companhia, é constituída após deduções legais, ao final de cada exercício social, sendo destinada à amortização de eventuais prejuízos em exercícios futuros, aumento de capital social ou distribuição de bonificações aos acionistas, por deliberação da Assembléia Geral. **d. Dividendos -** Os dividendos são registrados contabilmente quando sua distribuição é proposta pela Administração ou deliberada pelos acionistas. Em Ata da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 15 de junho de 2010, foi deliberado e aprovado o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R$ 2.289, equivalentes a R$ 1,01 por ação do capital social, relativo a lucros de anos anteriores. Em 23 de fevereiro de 2011 a diretoria executiva, após consulta ao acionista controlador, deliberou propor à assembléia de acionistas, que a distribuição de dividendos referente ao resultado do exercício de 2010 seja limitada aos juros sobre o capital próprio, no montante de R$ 2.289 já pagos em junho de 2010. Por essa razão não foram provisionados os dividendos mínimos de 25% previstos no estatuto. Cabe a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada após a divulgação dessas demonstrações financeiras a aprovação da destinação proposta pela Administração. **e. Ajustes de avaliação patrimonial - outros resultados abrangentes -** Ajustes de avaliação patrimonial compreende alterações líquidas acumuladas no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda até que os investimentos sejam desreconhecidos ou sofram perda por redução no valor recuperável.

18. Detalhamento das contas do resultado

a. Prêmios ganhos de operações com plano de assistência à saúde

Detalhamento dos Prêmios Ganhos	**2010**	**2009**
Ramos	**338.815**	**306.986**
Individual	65.329	62.370
Coletivo	273.486	244.616
Tributos incidentes sobre o faturamento	**(3.752)**	**(4.288)**
COFINS	(3.200)	(3.774)
PIS	(552)	(514)
Prêmios ganhos líquidos de tributos	**335.063**	**302.698**

b. Índice de sinistralidade e comissionamento sobre os prêmios ganhos

	2010 Prêmios Ganhos	Índice de Sinistralidade	Comissionamento	2009 Prêmios Ganhos	Índice de Sinistralidade	Comissionamento
Ramos	**338.815**	**75,7%**	**6,6%**	**306.986**	**75,7%**	**6,5%**
Individual	65.329	75,7%	4,0%	62.370	82,1%	4,0%
Coletivo	273.486	75,7%	7,3%	244.616	74,0%	7,1%

	2010	2009
c. Sinistros indenizáveis líquidos	**(256.432)**	**(232.261)**
Indenizações avisadas	(262.938)	(237.926)
Despesas com sinistros	(1.053)	(808)
Recuperação em co-responsabilidade	4.601	4.463
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	2.958	2.010
d. Despesas de comercialização	**(22.518)**	**(19.909)**
Despesas com comissão	(21.135)	(18.713)
Despesas com agenciamento	(1.311)	(887)
Encargos sociais sobre comissões e agenciamentos	(252)	(231)
Variação das despesas de comercialização diferidas	180	(78)

	2010	2009
e. Outras receitas e despesas operacionais		
Outras receitas operacionais	**193**	**81**
Outras despesas operacionais	**(865)**	**(2.550)**
Provisão para perdas sobre créditos	(1.332)	(1.094)
Despesas com apólices e contratos	(1.238)	(1.155)
Despesas com cobrança	(135)	(160)
Despesas com inspeção de riscos	(2)	(3)
Despesas de provisão de passivos contingentes	1.842	(111)
Outras despesas operacionais	–	(27)
f. Despesas administrativas	**(41.376)**	**(38.859)**
Pessoal próprio	(25.733)	(20.592)
• Honorários da Administração	(3.408)	(1.218)
• Ordenados	(13.536)	(11.752)
• INSS/FGTS	(5.850)	(4.908)
• Outras	(2.939)	(2.714)
Serviços de terceiros	(6.390)	(5.579)
Despesas de localização e funcionamento	(5.359)	(9.646)
Depreciação, amortização e recuperabilidade	(1.622)	(537)
Despesas com Tributos	(678)	(439)
Outras	(1.594)	(2.066)
g. Resultado financeiro líquido	**13.212**	**11.397**
Receitas Financeiras	**13.941**	**12.791**
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	7.956	3.701
Juros sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado	4.580	6.688
Dividendos e Juros sobre Capital	–	961
Atualização de depósitos judiciais	448	1.169
Outras receitas financeiras	957	272
Despesas Financeiras	**(729)**	**(1.394)**
Encargos sobre tributos	(393)	(1.079)
Outras despesas financeiras	(336)	(315)
h. Resultado Patrimonial	**1.519**	–
Receitas com imóveis de partes relacionadas (vide nota 20)	1.452	–
Receitas com imóveis de renda	67	–
i. Ganhos e perdas com ativos não correntes	**(812)**	**52**
Baixa de ativos intangíveis	(812)	–
Outros ganhos	–	52

19. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2010 IRPJ	CSLL	2009 IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos e após participações	26.990	26.990	19.841	19.841
Ajustes temporários	5.482	5.482	276	276
Passivos contingentes	1.091	1.091	(278)	(278)
Provisões para devedores duvidosos	1.332	1.332	1.094	1.094
Participação nos Lucros e Resultados	993	993	808	808
IBNR SUS	2.035	2.035	–	–
Outros ajustes temporários:	31	31	(1.348)	(1.348)
Ajustes permanentes	(1.068)	(1.068)	(1.884)	(1.884)
Outros ajustes permanentes	(1.068)	(1.068)	(1.884)	(1.884)
Base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social	**31.404**	**31.404**	**18.233**	**18.233**
Imposto de renda e contribuição social	(7.827)	(4.711)	(4.534)	(2.735)
Incentivo Fiscal	287	–	105	–
Créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.373	824	66	39
Outros ajustes	(407)	21	649	35
Total de imposto de renda e contribuição social	**(6.575)**	**(3.866)**	**(3.714)**	**(2.661)**

(*) Calculado com base nas alíquotas vigentes, (vide nota 3m).

20. Partes relacionadas

Conforme mencionado na nota 1, a Companhia utiliza-se de certos componentes da estrutura administrativa e operacional de sua Controladora. O critério para o rateio das despesas administrativas compartilhadas foi definido com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos em contrato entre as partes. Os montantes pagos pela Companhia à Controladora somaram R$ 13.865 (R$ 14.125 em 2009). Os funcionários da Controladora contam com seguro saúde contratado junto à Companhia cujos custos são assumidos pela Controladora. Os prêmios pagos pela Controladora à Companhia somaram R$ 3.725 (R$ 3.409 em 2009). Os funcionários da Companhia contam com seguro de vida contratado junto à sua Controladora, cujos custos são assumidos pela Companhia. Os prêmios pagos pela Companhia à sua Controladora somaram R$ 20 (R$ 11 em 2009). Alguns médicos credenciados ou proprietários de clínicas credenciadas pela Companhia são ligados aos sócios controladores da Controladora. Os valores pagos pelos serviços prestados aos segurados da Companhia são determinados em bases equitativas com os valores praticados com terceiros não ligados e não atingem montantes significativos. Em junho de 2010, a Companhia adquiriu da sua Controladora parte de seus imóveis. O preço da venda de R$ 15.617, corresponde ao valor de mercado, constante de laudo emitido por empresa especializada independente. Os referidos imóveis foram locados à Controladora, que pagou R$ 1.452 à Companhia em 2010. Anteriormente a essa operação, parte dos imóveis adquiridos eram locados pela Companhia à sua Controladora. Os aluguéis pagos somaram R$ 380 (R$ 480 em 2009). As remunerações, incluindo gratificações, indenizações, encargos e benefícios pagos aos Administradores totalizaram R$ 1.632 (R$ 1.433 em 2009). Incluso o montante de R$ 40 referente ao seguro saúde dos administradores (R$ 17 em 2009). A Socopa Sociedade Corretora Paulista S.A., corretora controlada pelo Banco Paulista S.A. (empresa controlada por acionistas de sua Controladora), presta serviços de intermediação financeira à Companhia. Os valores pagos foram R$ 71 (R$ 149 em 2009). A Companhia possui aplicações em certificados de depósito bancário (CDB) de emissão do Banco Paulista S.A. O montante dessas aplicações, em 31 de dezembro de 2010, era de R$ 51 (R$ 272 em 2009). A rentabilidade média obtida no período com essas aplicações foi de 106,5 da variação do CDI (104,00 em 2009). Essas aplicações encontram-se vinculados em garantia de processos judiciais.

21. Gestão de risco de seguro e risco financeiro

a. Gestão de risco de seguro - A Companhia opera com contratos de seguro saúde nas modalidades: Individual, Empresarial e Pequenas e Médias Empresas (PME). O seguro Saúde Empresarial é destinado às pessoas jurídicas cujo grupo segurável compreende no mínimo 30 segurados, incluindo sócios, funcionários e seus dependentes. Nesta modalidade os segurados dispõem de uma ampla rede referenciada, contemplando médicos, laboratórios e hospitais. Além disso os segurados podem optar pelo reembolso das despesas médico/hospitalares, dentro dos limites do plano contratado. O seguro saúde na modalidade Saúde Empresarial possui diversas categorias para contratação onde o risco de seguro passa a ser mais significativo dependendo destas categorias. Entretanto, como ferramenta de gestão de risco de seguro, pode-se optar pela inclusão de cláusulas especiais nestes contratos onde a Companhia possui o direito incondicional de aumentar prêmios futuros ou a obrigação de devolução de uma fração do prêmio aos clientes, dependendo dos índices de sinistralidade histórica ou uma fórmula pré-determinada contratualmente. O Seguro Saúde PME é destinado às empresas com no mínimo 07 (sete) e no máximo 29 (vinte e nove) segurados entre titulares e dependentes, sendo obrigatório o mínimo de 3 (três) titulares. As modalidades de contratação e categorias são substancialmente similares às condições contratuais previstas na modalidade Saúde Empresarial. Nossa carteira de seguro saúde Individual encontra-se em "*run-off*" e está representada por contratos emitidos em períodos passados e ainda vigentes, regulados segundo as normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde (ANS), garantindo todos os direitos previstos aos nossos segurados nesses contratos. A Companhia administra os riscos originados dos contratos de seguro Saúde Empresarial e PME através de sua estratégia de negociação, análise detalhada de risco e um sistema de análise e liquidação de sinistros tempestivo e criterioso. Nossa estratégia de subscrição de risco leva em consideração o fato de que o risco global destes contratos esteja adequadamente diversificado em termos de porte das empresas, perfil dos segurados e uma análise criteriosa para aceitação de participantes e avaliação da qualidade do risco aceito. Para os riscos relacionados ao aumento da freqüência e severidade na utilização dos planos de saúde, a Companhia adota várias medidas para mitigação desses riscos, dentre as quais destacamos: (i) na negociação contratual com seus clientes corporativos é estabelecido um limite de utilização baseado na experiência das partes. Caso esse limite seja ultrapassado, a Companhia adotará medidas de recuperação nas renovações contratuais; (ii) para melhor gerenciar a frequência e auxiliar na utilização consciente do seguro saúde, as empresas com mais de 100 vidas, podem contratar os planos com co-participação, onde o funcionário participa com uma pequena parte das despesas médico-hospitalares; (iii) a Companhia desenvolve trabalhos em conjunto com a área de recursos humanos das empresas clientes para incentivar a medicina preventiva; e (iv) conta ainda com uma equipe de auditoria médica interna e externa para autorização de procedimentos mais críticos. Os índices de adesão são considerados como uma ferramenta essencial na gestão global de nossos contratos de saúde Empresarial onde o índice de adesão não poderá ser inferior aos índices informados na tabela a seguir, onde possuímos o direito de rescisão de contratos coletivos em virtude de queda na diversificação de risco:

Número de Componentes do Grupo Segurável De	Até	Índice Mínimo de Adesão Aceitação	Manutenção do Grupo Segurado
30	100	100%	100%
101	200	100%	90%
201	300	100%	80%
301	500	80%	70%
501	3000	70%	60%
3001	5000	60%	50%
5001	Em diante	60%	50%

b. Gestão de riscos financeiros - A Companhia está exposta a uma série de riscos financeiros transferidos por diversos ativos e passivos financeiros. Para mitigar os riscos financeiros significativos a Companhia utiliza uma abordagem de gestão de ativos e passivos, considerando principalmente os vencimentos e a estrutura de classes dos passivos, em comparação com os ativos financeiros. Consideram-se também os requerimentos regulatórios no Brasil e o ambiente macro-econômico. Os métodos desse gerenciamento de ativos e passivos avaliam o desempenho das carteiras de ativos e o horizonte de liquidação das obrigações originadas de contratos de seguros e passivos financeiros em curto e longo prazos. Esta abordagem está alinhada com os requerimentos de análise de liquidez requeridas pelo CPC 40 e o conceito econômico de gestão de capital necessário para garantir a solvência e recursos de caixa necessários. O risco de liquidez é o risco de que os recursos de caixa possam não estar disponíveis para pagamento das obrigações futuras quando vencidas. Consequentemente, a política de gestão de risco de liquidez não possui tolerância ou limites para risco de liquidez e a Companhia tem o compromisso de honrar todos os passivos de seguros e passivos financeiros até o vencimento. A política de gestão de risco de liquidez da Companhia leva em consideração a necessidade de recursos de caixa e controles internos operacionais eficientes e dinâmicos para honrar o compromisso assumido com os segurados. A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado. A alocação de passivos de seguros está alocada no tempo segundo a melhor expectativa da Companhia quanto à data de liquidação destas obrigações, levando em consideração o histórico de liquidação de sinistros passados e período de expiração do risco dos contratos de seguro.

Marítima Saúde Seguros S.A.
CNPJ nº 47.184.510/0001-20

Marítima saúde

Soluções em Seguros Empresariais

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro de 2010

	0-3 meses	3-6 meses	6-9 meses	9-12 meses	1-3 anos	Acima de 3 anos	Total	Saldo Contábil
Ativos Financeiros								
- A valor justo através do resultado								
Título de Renda Fixa Privado	13.016	2.329	2.248	2.342	–	–	**19.935**	**19.211**
- Disponíveis para a venda								
Título de Renda Fixa Público	–	–	–	9.408	44.521	37.688	**91.617**	**70.567**
Título de Renda Fixa Privado	–	–	–	5.644	–	–	**5.644**	**5.039**
- Empréstimos e recebíveis								
Prêmios a receber de segurados	30.914	–	–	–	–	–	**30.914**	**30.914**
Caixa e equivalentes de caixa	23.235	–	–	–	–	–	**23.235**	**23.235**
Total dos ativos financeiros	**67.165**	**2.329**	**2.248**	**17.394**	**44.521**	**37.688**	**171.345**	**148.966**
Passivos financeiros e contratos de seguro								
- Passivos de contratos de seguro	41.330	3.798	1.016	432	592	5.670	**52.838**	**52.838**
- Outros passivos originados das operações de seguro	4.270	–	–	–	–	–	**4.270**	**4.270**
- Obrigações por arrendamento mercantil financeiro	15	15	15	15	5	–	**65**	**65**
- Outros passivos financeiros	5.068	–	–	–	–	–	**5.068**	**5.068**
Total dos passivos financeiros	**50.683**	**3.813**	**1.031**	**447**	**597**	**5.670**	**64.241**	**64.241**

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro de 2009

	0-3 meses	3-6 meses	6-9 meses	9-12 meses	1-3 anos	Acima de 3anos	Total	Saldo Contábil
Ativos Financeiros								
- A valor justo através do resultado								
Título de Renda Fixa Privado	7.450	8.040	22.043	3.224	–	–	**40.757**	**38.683**
- Disponíveis para a venda								
Título de Renda Fixa Público	–	4.937	–	–	10.003	72.275	**87.215**	**60.321**
- Empréstimos e recebíveis								
Prêmios a receber de segurados	25.953	–	–	–	–	–	**25.953**	**25.953**
Caixa e equivalentes de caixa	19.153	–	–	–	–	–	**19.153**	**19.153**
Total dos ativos financeiros	**52.556**	**12.977**	**22.043**	**3.224**	**10.003**	**72.275**	**173.078**	**144.110**
Passivos financeiros e contratos de seguro								
- Passivos de contratos de seguro	40.625	3.863	662	253	461	2.813	**48.677**	**48.677**
- Outros passivos originados das operações de seguro	3.407	–	–	–	–	–	**3.407**	**3.407**
- Obrigações por arrendamento mercantil financeiro	18	18	17	15	65	–	**133**	**133**
- Outros passivos financeiros	5.788	–	–	–	–	–	**5.788**	**5.788**
Total dos passivos financeiros	**49.838**	**3.881**	**679**	**268**	**526**	**2.813**	**58.005**	**58.005**

O conceito de gestão da Companhia define risco financeiro como risco de taxa de juros e risco de crédito. Esses riscos surgem de posições mantidas em ativos financeiros denominados títulos de renda fixa públicos e privados, e oscilações em cotas de fundos de investimento. A política de gestão de riscos financeiros da Companhia tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para garantir que riscos significativos originados de grupos individuais de emissores não venham a impactar os resultados da Companhia de forma adversa. A Companhia possui passivos financeiros com taxas de juros pós-fixadas cujo valor de principal e juros são alterados conforme oscilações de certos índices financeiros. Determinados contratos com fornecedores de serviços e outros tipos de fornecimento mantidos pela Companhia são atualizados periodicamente por índices de inflação ou índices gerais de preços ao consumidor. O risco de taxa de juros é inversamente correlacionado a mudanças nas taxas de juros de mercado para os ativos financeiros com taxas pré-fixadas. Consequentemente, caso as taxas de juros sejam reduzidas em períodos futuros o valor justo destes ativos tende a subir e vice-versa. A Companhia utiliza análises de sensibilidade e testes de *stress* da carteira de investimentos como ferramenta de gestão de riscos financeiros. O resultado destas análises são utilizados para gestão desses riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de *stress*. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e a Administração da Companhia utiliza esses resultados no processo de decisão, planejamento e também para identificação de riscos financeiros específicos originados de certos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. A tabela apresentada a seguir apresenta uma análise de sensibilidade para riscos financeiros sobre ativos e passivos financeiros da Companhia levando em consideração a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do exercício e sobre o patrimônio líquido.

		Variação	Impacto bruto 2010		Impacto bruto 2009	
Variável financeira	**2010**	**2009**	**PL**	**Resultado**	**PL**	**Resultado**
Taxa de juros	+200 p.ps	+200 p.ps	–	1.309	(2)	2.409
Taxa de juros	-200 p.ps	-200 p.ps	–	(1.295)	2	(2.357)
Inflação (**)	6,5%	7,0%	2	845	–	–
Inflação (**)	2,5%	3,0%	(2)	(836)	–	–

(*) Ativos financeiros classificados na categoria "disponível para venda".
(**) inflação = expectativa de 4,5% para 2010 e 5% para 2009, conforme estimativas divulgadas pelo BACEN. Para o cálculo utilizamos uma variação positiva e negativa de 2 pontos percentuais.

c. Gestão de risco de crédito - Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações para com a Companhia. A Companhia monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos. Esse monitoramento é realizado sobre os ativos financeiros, de forma individual e coletiva, que compartilham riscos similares e leva em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. Limites de risco de crédito são determinados com base no ***rating*** de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. Os recursos de caixa da Companhia são mantidos e ativos financeiros são investidos (ou reinvestidos) somente em instituições financeiras com alta qualidade de ***rating*** de crédito, seguindo as determinações da Política de Investimentos Financeiros. A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios de seguros é substancialmente reduzida (e considerada como baixa) onde em certos casos a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação da ANS) caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A política de emissão de apólices leva em consideração aspectos e políticas de qualidade na aceitação de risco de seguro e também uma análise criteriosa da qualidade de risco de crédito dos clientes. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2010 e 2009 distribuídos por ***rating*** de crédito fornecidos por agências de ***rating***. Os ativos classificados na categoria "*Sem Rating*" compreendem substancialmente prêmios de seguros que não possuem ***ratings*** de crédito individuais.

			2010			
Ativos Financeiros/*Rating*	**AAA**	**AA**	**A**	**BBB**	**Sem *rating***	**Total**
- A valor justo através do resultado						
Título de Renda Fixa Privado	**2.127**	**4.253**	**9.916**	**2.915**	**–**	**19.211**
- Disponíveis para a venda	**70.567**	**–**	**5.039**	**–**	**–**	**75.606**
Título de Renda Fixa Público	70.567	–	–	–	–	70.567
Título de Renda Fixa Privado	–	–	5.039	–	–	5.039
- Caixa e equivalentes de caixa	**–**	**11.461**	**9.872**	**1.006**	**896**	**23.235**
- Prêmios a receber de segurados	**–**	**–**	**–**	**–**	**30.914**	**30.914**
Total Ativos Financeiros	**72.694**	**15.714**	**24.827**	**3.921**	**31.810**	**148.966**
			2009			
Ativos Financeiros/Rating	**AAA**	**AA**	**A**	**BBB**	**Sem *rating***	**Total**
- A valor justo através do resultado						
Título de Renda Fixa Privado	**2.229**	**6.179**	**14.311**	**15.964**	**–**	**38.683**
- Disponíveis para a venda	**60.321**	**–**	**60.321**			
Título de Renda Fixa Público	60.321	–	–	–	–	60.321
- Caixa e equivalentes de caixa	**–**	**2.045**	**4.214**	**11.892**	**1.002**	**19.153**
- Prêmios a receber de segurados	**–**	**–**	**–**	**–**	**25.953**	**25.953**
Total Ativos Financeiros	**62.550**	**8.224**	**18.525**	**27.856**	**26.955**	**144.110**

A tabela a seguir apresenta o total de ativos financeiros agrupados por classe de ativos e divididos entre ativos deteriorados (*impaired*) e ativos vencidos e não vencidos não classificados como deteriorados (*impaired*). A Companhia não possui valores significativos de ativos financeiros vencidos de longa data ou ativos deteriorados em 31 de dezembro:

	Posição em 31 de dezembro de 2010						
		Ativos vencidos					
	Ativos não vencidos e não deteriorados (*impaired*)	**0 a 3 meses**	**3 a 6 meses**	**6 a 12 meses**	**acima de 1 ano**	**Provisão para perda (*impaired*)**	**Saldo contábil 31/12/2010**
Ativos Financeiros							
- A valor justo através do resultado							
Título de Renda Fixa Privado	19.211	–	–	–	–	–	**19.211**
- Disponíveis para a venda							
Título de Renda Fixa Público	70.567	–	–	–	–	–	**70.567**
Título de Renda Fixa Privado	5.039	–	–	–	–	–	**5.039**
- Empréstimos e recebíveis							
Prêmios a receber de segurados	29.627	1.608	651	315	2.414	(3.701)	**30.914**
Caixa e equivalentes de caixa	23.235	–	–	–	–	–	**23.235**
Total Ativos Financeiros	**147.679**	**1.608**	**651**	**315**	**2.414**	**(3.701)**	**148.966**

	Posição em 31 de dezembro de 2009						
		Ativos vencidos					
	Ativos não vencidos e não deteriorados (*impaired*)	**0 a 3 meses**	**3 a 6 meses**	**6 a 12 meses**	**acima de 1 ano**	**Provisão para perda (*impaired*)**	**Saldo contábil 31/12/2009**
Ativos Financeiros							
- A valor justo através do resultado							
Título de Renda Fixa Privado	38.683	–	–	–	–	–	**38.683**
- Disponíveis para a venda							
Título de Renda Fixa Público	60.321	–	–	–	–	–	**60.321**
- Empréstimos e recebíveis							
Prêmios a receber de segurados	25.734	506	1.000	1.039	37	(2.363)	**25.953**
Caixa e equivalentes de caixa	19.153	–	–	–	–	–	19.153
Total Ativos Financeiros	**143.891**	**506**	**1.000**	**1.039**	**37**	**(2.363)**	**144.110**

d. Gestão de risco de capital - A Marítima Saúde executa sua gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para a Companhia segundo critérios de exigibilidade de capital mínimos emitidos pela ANS. Em 22 de dezembro de 2009, foi publicada pela ANS a Resolução Normativa RN nº 209, alterando o cálculo da margem de solvência das seguradoras, a partir de 01 de janeiro de 2010. A estratégia e modelo utilizados pela Administração consideram ambos como capital regulatório e capital econômico, segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Companhia. A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor do capital da Companhia através da otimização de ambos os níveis e diversificação das fontes de capital disponíveis e manter níveis de precificação adequados para os contratos subscritos. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico, periódico da Companhia e Comitês de planejamento financeiro e orçamentário. Os principais objetivos da Companhia em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios mínimos determinados pela ANS e (ii) otimizar retornos sobre capital para nossos acionistas. Durante o período de reporte, a Companhia não manteve níveis de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios. A tabela apresentada a seguir demonstra o cálculo de nosso capital mínimo regulatório em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado e Margem de Solvência em 31 de dezembro de 2010		**2010**	**2009**
Patrimônio líquido contábil		**92.283**	**77.752**
(–) Despesas de comercialização diferidas		(608)	–
(–) Despesas antecipadas		(97)	(93)
(–) Ativos intangíveis		(6.951)	–
Patrimônio líquido ajustado		**84.627**	**77.659**
20% dos prêmios retidos anuais dos últimos 12 meses (36 meses em 2009)	**A**	67.849	59.899
33% dos sinistros retidos anuais dos últimos 36 meses (60 meses em 2009)	**B**	80.975	68.609
Margem de Solvência Requerida = (Maior entre A e B)		**80.975**	**68.609**
Suficiência		**3.652**	**9.050**

Diretoria

Francisco Caiuby Vidigal - Diretor Presidente
Francisco Caiuby Vidigal Filho - Diretor Vice-Presidente
Milton Bellizia Filho - Diretor Administrativo-Financeiro
Mikio Okumura - Diretor de Controles Internos
Eduardo Ribeiro do Valle Vidigal - Diretor
Manfred Kautz - Diretor

Contador

Regivaldo José Dallemole
CRC nº 1SP137.234/O-9

Atuário

Almir Martins Ribeiro
MIBA 707

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos
Acionistas e Diretores da
Marítima Saúde Seguros S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da **Marítima Saúde Seguros S.A.** ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeira da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Marítima Saúde Seguros S.A.** em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

São Paulo, 28 de março de 2011

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Rubens Alonso
Contador CRC 1SP104350/O-3